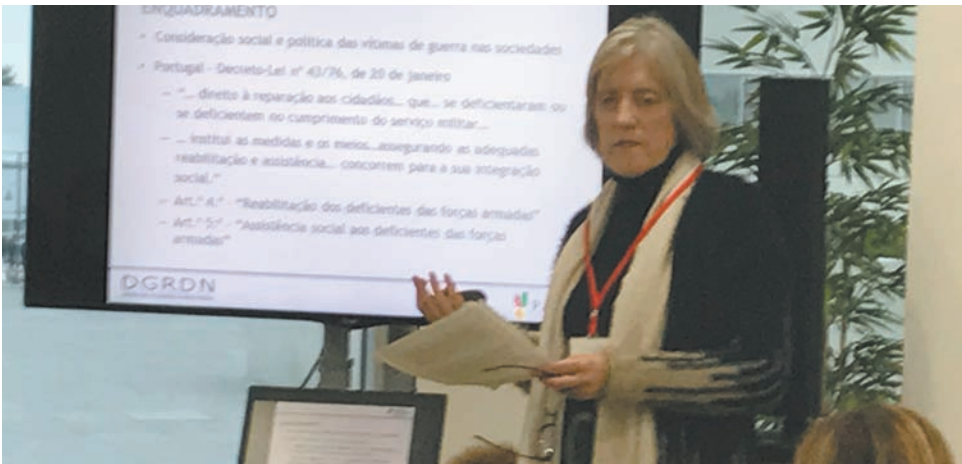


II Encontro ODDH “Deficiência, Cidadania e Inovação Social”

# XXI Governo Constitucional assume PADM no âmbito da Convenção

FOTOGRAFIA: VICENTE



A representante do Ministério da Defesa Nacional no II Encontro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), Isabel Madeira, apresentou o Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) e sublinhou a responsabilidade do Governo Constitucional e do Estado Português quanto à resposta social de que carecem os deficientes militares. O evento, que decorreu subordinado ao tema “Deficiência, Cidadania e Inovação Social”, no dia 13 de Dezembro, teve lugar no Instituto de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa. O PADM foi apresentado no enquadramento do painel de trabalhos do II Encontro, dedicado à “Saúde e bem-estar”, moderado por Maria Engrácia Cardim. Como todas as matérias abordadas neste e nos outros painéis dedicados a

debater questões relacionadas com o “Emprego”, a “Educação” e a “Protecção social e vida independente”, o debate sobre “Saúde e bem-estar” em que foi apresentado o PADM, decorreu na envolvimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada pela ONU em 13 de Dezembro de 2006. Nos quatro painéis temáticos que compuseram as sessões paralelas, realizadas durante a tarde, intervieram, como oradores convidados, investigadores, representantes de organizações da área da deficiência e entidades públicas com projectos inovadores em curso nas áreas em discussão. A directora dos Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais do MDN, Isabel Madeira, citou o DL 43/76, de 20 de Janeiro, aludindo aos direitos dos cidadãos deficientes militares e ao dever do Estado que, agora através do



PADM, os apoia nesta fase das suas vidas, a terceira idade. A ADFA salientou “a importância do PADM no presente e na terceira idade dos deficientes das Forças Armadas”, evidenciando que “foi a primeira vez que o Governo apresentou o Plano fora do âmbito estritamente militar e no enquadramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”. A sessão de abertura do Encontro ODDH contou com a participação da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, do presidente do ISCSP, Manuel Meirinho, e da coordenadora do ODDH, Paula Campos Pinto. Durante o II Encontro tiveram também lugar a apresentação pública do Relatório do ODDH “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2017”, por Paula

Campos Pinto e Teresa Janela Pinto, e uma Mesa Redonda, moderada pela jornalista Maria Flor Pedroso, que contou com a presença de deputados representantes de todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República. Os deputados Sandra Pereira (PSD), Idália Serrão (PS), Jorge Falcato (BE), Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP), Heloísa Apolónia (PEV) e André Silva (PAN) abordaram a questão da aplicação da Convenção. O encerramento do II Encontro contou com Humberto Santos, presidente do INR, com Paula Campos Pinto, coordenadora do ODDH, e Eduardo Serrão, pró-reitor do ISCSP. A ADFA esteve presente e foi representada pelo presidente da Direcção Nacional, José Arruda, e pelas técnicas Natércia Raposo e Helena Afonso.

## Prémio Direitos Humanos 2017

O presidente da Direcção Nacional, José Arruda, representou a ADFA na cerimónia comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos, no dia 13 de Dezembro, com a atribuição, pela Assembleia da República, do Prémio Direitos Humanos 2017 à Cruz Vermelha Portuguesa, no Palácio de São Bento, em Lisboa. No âmbito da cerimónia, teve lugar a palestra intitulada “150 Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal”, por Guilherme d’Oliveira Martins, no Centro de Acolhimento ao Cidadão. O presidente da Assembleia da Repú-

blica, Eduardo Ferro Rodrigues, presidiu à cerimónia na qual foi entregue o Prémio Direitos Humanos 2017 da Assembleia da República à Cruz Vermelha Portuguesa, “pela sua actuação junto das populações afectadas pelos incêndios florestais ocorridos em território nacional este ano, quer através do reforço de meios de emergência, na participação em equipas de socorro e transporte, de apoio psicológico, logístico e de sobrevivência às populações desalojadas ou deslocadas, quer através do trabalho desenvolvido e a desenvolver na recuperação e retorno à normalidade dessas populações”.



FOTOGRAFIA: VICENTE

## Casa Militar do Presidente da República

O Presidente da República tem, desde 1 de Janeiro, um novo chefe da sua Casa Militar, o tenente-general João Nuno Vaz Antunes.

De acordo com notícia divulgada no site da Presidência da República, o Presidente da República aceitou o pedido de resignação do tenente-ge-

neral João Ramirez Cordeiro, a quem exprimiu os seus agradecimentos pela “forma excepcionalmente competente, exemplar lealdade e enorme

dedicação com que exerceu as suas funções, em verdadeiro espírito de serviço público”.